



Processo n.º: 36.489/2017-e

Origem: Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF

Assunto: Licitação

Ementa: Pregão Eletrônico n.º 17/2017-Detran/DF. Registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza continuada, para realização de eventos e correlatos pelo Detran/DF, sob demanda, abrangendo planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento, fornecimento de alimentação e bebida, infraestrutura, transportes, apoio logístico, ornamentação e a confecção e fornecimento de material de papelaria e impressos em geral, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no edital e seus anexos. Valor estimado: R\$ 12.894.485,09. Data inicialmente prevista para abertura: 13.11.2017, às 10:00h. Exame inicial. Despacho Singular n.º 646/2017 – GCIM: determinação para suspensão cautelar do certame para adoção de medidas corretivas, ante a ocorrência de indícios de irregularidades no instrumento convocatório. Decisão n.º 5.540/2017: ratificação do Despacho Singular n.º 646/2017 – GCIM. Encaminhamento de informações pela Autarquia. Exame de cumprimento de diligência. Decisão n.º 1.264/2018: conhecimento dos esclarecimentos prestados pelo Detran/DF, considerando-os improcedentes em relação ao item II.b do Despacho Singular n.º 646/2017-GCIM; determinação à Autarquia para manutenção da suspensão do PE n.º 17/2017-Detran, a fim de adotar as medidas corretivas indicadas na deliberação monocrática, encaminhando cópia da documentação comprobatória no prazo de 30 (trinta) dias; autorização para envio de peças dos autos à jurisdicionada; e retorno do feito à Seacomp/TCDF. Concessão de prorrogações de prazo por intermédio dos Despachos Singulares n.ºs 223/18 – GCIM e 276/18 – GCIM. Representação por atraso. Decisão n.º 3.839/2018: reiteração ao Detran/DF das diligências constantes do item III da Decisão n.º 1.264/2018, para cumprimento em novo prazo de 30 (trinta) dias, ciência da decisão à autarquia e retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Ingresso de expedientes do Detran/DF requerendo prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias para cumprimento das diligências insertas na Decisão n.º 1.264/2018, reiteradas pela Decisão n.º 3.839/2018. Despachos Singulares n.ºs 513/18 – GCIM, 620/18 – GCIM e 91/2019 – GCIM: concessão dos pedidos de dilação de prazo. Manifestação do Detran/DF. Decisão n.º 4.244/2019: conhecimento dos documentos juntados aos autos; e determinação ao Detran/DF para que, nos termos do art. 49, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993, adote providências no sentido de formalizar a revogação do Pregão Eletrônico n.º 17/2017, com a publicação do respectivo ato na imprensa oficial, em homenagem ao princípio da publicidade e com fulcro no art. 21, *caput* e § 4º, da Lei de Licitações e Contratos, encaminhando a este Tribunal a documentação comprobatória, no prazo de 30 (trinta) dias. **Nesta fase:** análise de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva sugere ao Plenário: tomar conhecimento do expediente encaminhado pelo Detran/DF e do Aviso de Revogação do Pregão Eletrônico n.º 17/2017-Detran/DF; considerar cumprido o item II da Decisão n.º 4.244/2019; e autorizar o arquivamento dos autos. Aquiescência do Ministério Público. VOTO convergente, com ajustes redacionais.



RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame do edital de Pregão Eletrônico n.º 17/2017-Detran/DF, deflagrado pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF, para a contratação de empresa(s), por registro de preço, especializada(s) na prestação de serviços de natureza continuada, para realização de eventos e correlatos, sob demanda, abrangendo planejamento operacional, organização, execução, acompanhamento, fornecimento de alimentação e bebida, infraestrutura, transportes, apoio logístico, ornamentação e a confecção e fornecimento de material de papelaria e impressos em geral de acordo com as especificações e condições estabelecidas no edital e seus anexos (e-DOC 809A835E-e).

Na Sessão Ordinária n.º 5.183, de 05.12.2019, o Tribunal prolatou a **Decisão n.º 4.244/2019** (e-DOC FED55009-e), *in verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício SEI-GDF n.º 574/2019 - DETRAN/DG (e-DOC BF5097F5-c), reportando que a Autarquia não tem interesse em dar continuidade ao Pregão Eletrônico n.º 17/2017; b) da Informação n.º 258/2019 – DIFLI (e-DOC 81E49CE7-e); c) do Parecer n.º 758/2019-G4P (e-DOC 85001946-e); II – **determinar ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF que, nos termos do art. 49, “caput”, da Lei n.º 8.666/93, adote providências no sentido de formalizar a revogação do Pregão Eletrônico n.º 17/2017, com a publicação do respectivo ato na imprensa oficial, em homenagem ao princípio da publicidade e com fulcro no art. 21, “caput” e § 4º, da Lei de Licitações e Contratos, encaminhando a este Tribunal a documentação comprobatória, no prazo de 30 (trinta) dias; III – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Detran/DF, a fim de subsidiar o cumprimento da diligência constante do item II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF, para as providências cabíveis”** (grifos acrescidos).*

Em atenção ao item II do referido *decisum*, o Detran/DF encaminhou à Corte o Ofício SEI-GDF n.º 764/2019-DETRAN/DG, juntamente com os seus respectivos anexos (e-DOC 3DF79F07-c).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 13/2020-DIFLI (e-DOC C6396B3C-e), após contextualizar o feito, manifestou-se conforme a seguir reproduzido, com ajustes de forma:

3. *Em atendimento à medida determinada, o DETRAN/DF, por meio do Ofício SEI-GDF n.º 764/2019 – DETRAN/DG (e-doc 3DF79F07-c, Peça 78), noticiou que os avisos de revogação do Pregão Eletrônico n.º 17/2017 foram publicados, em 20/12/2019, no DOU e DODF, disponibilizando as imagens das publicações às fls. 02/03 (Peça 78).*



4. Portanto, como já deliberado por esta Corte de Contas no item I, alínea “a” da reproduzida Decisão, a ausência de interesse da Autarquia em dar continuidade ao certame foi devidamente justificada, a revogação foi concretizada com fundamento no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, a saber:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá **revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta**, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º **No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.**

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação. (grifamos)

5. Ainda a respeito da possibilidade de revogação de licitação, a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal dispõe:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou **revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos**, e ressalvada, em todos os casos, apreciação judicial. (grifamos)

6. Em relação ao ato revogatório, entendemos desnecessário assegurar o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do parágrafo 3º do artigo 49 da Lei de Licitações, c/c a alínea “c” do inciso I do artigo 109, da mesma Lei, tendo em vista que o procedimento licitatório em exame não foi concluído, havendo apenas uma mera expectativa de direito por parte dos licitantes, conforme já manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça (RMS 23.402, PR, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 2.4.2008):

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.
2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.
3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.
4. **A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.**



5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.

6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.

7. Recurso ordinário não provido. (grifamos)

7. Assim sendo, a revogação teve fundamento legal nas prescrições da Lei de Licitações e decorreu de ato motivado da Administração, não havendo, portanto, qualquer afronta aos ditames legais, pelo que entendemos sejam os presentes autos arquivados” (grifos do original).

Diante disso, foram lançadas as seguintes sugestões ao eg. Tribunal:

“I – tome conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 764/2019 – DETRAN/DG (e-doc 3DF79F07-c, Peça 78) e do Aviso de Revogação do Pregão Eletrônico nº 17/2017 – DETRAN/DF (fl. 03, Peça 78);

II – considere cumprida a medida determinada no item II da Decisão nº 4244/2019;

III – autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE para arquivamento”.

As análises e as sugestões formuladas pelo diretor-substituto da Divisão de Fiscalização de Licitações – Difli/TCDF mereceram a concordância do titular da Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe/TCDF (e-DOC 5819ADA6-e).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, mediante o Parecer n.º 75/2020-G4P (e-DOC 4CF03AFD-e), após empreender breve relato dos fatos, posicionou-se de forma **convergente** com a área instrutiva, assim:

“6. Compulsando os autos, este MPC/DF **concorda** com o esposado pela Unidade Técnica uma vez que o Pregão Eletrônico nº 17/2017 – DETRAN/DF, objeto de exame dos presentes autos, foi revogado por motivo de conveniência da Administração, a teor dos extratos publicados no DOU nº 246, de 20/12/2019 e DODF nº 242, de 20/12/2019, encaminhados por meio do Ofício SEI-GDF nº 764/2019-DETRAN/DG¹.

7. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas **acompanha** as sugestões contidas na Informação nº 13/2020 – DIFLI” (grifos originais).

É o relatório.

¹ e-DOC 3DF79F07.



VOTO

Nesta fase, examina-se o **cumprimento da diligência** constante do **item II da Decisão n.º 4.244/2020**, transcrita a seguir:

“II – determinar ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF que, nos termos do art. 49, “caput”, da Lei n.º 8.666/93, adote providências no sentido de formalizar a revogação do Pregão Eletrônico n.º 17/2017, com a publicação do respectivo ato na imprensa oficial, em homenagem ao princípio da publicidade e com fulcro no art. 21, “caput” e § 4º, da Lei de Licitações e Contratos, encaminhando a este Tribunal a documentação comprobatória, no prazo de 30 (trinta) dias;” (grifei)

Em atenção ao item II do referido *decisum*, o Detran/DF encaminhou à Corte o Ofício SEI-GDF n.º 764/2019-DETRAN/DG, juntamente com os seus respectivos anexos.

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 13/2020-DIFLI, reportou que os avisos de revogação do Pregão Eletrônico n.º 17/2017 foram publicados, em 20.12.2019, no DOU e DODF.

O corpo instrutivo asseverou, também, que a ausência de interesse da Autarquia em dar continuidade ao certame foi devidamente justificada, com fundamento no art. 49 da Lei n.º 8.666/1993 e na Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal.

Sustentou, ainda, ser *“desnecessário assegurar o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do parágrafo 3º do artigo 49 da Lei de Licitações, c/c a alínea “c” do inciso I do artigo 109, da mesma Lei, tendo em vista que o procedimento licitatório em exame não foi concluído, havendo apenas uma mera expectativa de direito por parte dos licitantes, conforme já manifestado pelo Superior Tribunal de Justiça (RMS 23.402, PR, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 2.4.2008)”*.

Em razão disso, a Sespe/TCDF propôs ao Tribunal: tomar conhecimento do expediente encaminhado pelo Detran/DF e do Aviso de Revogação do Pregão Eletrônico n.º 17/2017-Detran/DF; considerar cumprido o item II da Decisão n.º 4.244/2019; e autorizar o arquivamento dos autos.

O MPJTCDF opinou de forma convergente com a área instrutiva, nos termos do Parecer n.º 75/2020-G4P.

Dos elementos que permeiam o presente feito, entendo que o Plenário deve acolher, em essência, a proposta de encaminhamento ofertada pelos órgãos instrutivo e ministerial.

Verifico que o motivo suscitado pela jurisdicionada para não dar continuidade ao procedimento licitatório em comento decorre de superveniente análise técnica dos *“critérios propostos e definidos pela gestão anterior”*, estando presentes, portanto, as circunstâncias autorizadoras prescritas no art. 49 da Lei n.º 8.666/1993 para que ocorra a revogação do certame pela própria Autarquia.



Ainda, tendo a abertura da licitação sido previamente suspensa por determinação desta Corte², não há que se falar em direito de eventuais licitantes apto a ensejar o deferimento de contraditório aos potenciais interessados.

Feitas essas considerações, e diante da noticiada publicação de aviso de regovação do certame nos órgãos de imprensa oficial da União e do Distrito Federal, entendo que pode o Tribunal considerar cumprida a diligência contida no item II da Decisão n.º 4.244/2019 e autorizar o arquivamento do feito.

Face ao exposto, em harmonia com a unidade instrutiva e com o *Parquet* especial, com os ajustes redacionais que faço, VOTO no sentido de que o e. Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) do Ofício SEI-GDF n.º 764/2019-DETRAN/DG (e-DOC 3DF79F07-c), encaminhado pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF, bem como dos seus respectivos anexos, contendo cópia dos avisos de revogação do Pregão Eletrônico n.º 17/2017-Detran/DF publicados no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Distrito Federal;
 - b) da Informação n.º 13/2020-DIFLI (e-DOC C6396B3C-e);
 - c) do Parecer n.º 75/2020-G4P (e-DOC 4CF03AFD-e);
- II. considere cumprida a diligência contida no item II da Decisão n.º 4.244/2019;
- III. dê ciência da decisão a ser proferida ao Detran/DF;
- IV. autorize o retorno dos autos à Sespe/TCDF, para a adoção das providências pertinentes e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2020

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator

² Despacho Singular n.º 646/2017-GCIM, referendado por intermédio da Decisão n.º 5.540/2017, de 14.11.2017.